



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 61ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos 12 dias do mês de julho de 2011, no Salão Nobre da sede do Arquivo Nacional, na
2 Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de Jaime
3 Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi
4 realizada a sexagésima primeira Reunião Plenária do CONARQ. Participaram da
5 reunião, representando o Poder Executivo Federal: Ivan Fernandes Neves (titular), do
6 Ministério da Justiça; João Batista Ferri de Oliveira (titular), do Ministério do
7 Planejamento, Orçamento e Gestão; representando o Poder Judiciário Federal: Maria
8 Cristina Diniz Caixeta (titular), do Tribunal Regional do Trabalho – TRT (3ª Região);
9 representando o Poder Legislativo Federal: Maria do Socorro de Santa Brígida Dias
10 Santos, do Senado Federal (titular); Frederico Silveira dos Santos (titular), da Câmara
11 dos Deputados; representando o Arquivo Nacional: Maria Esperança de Resende
12 (titular), Maria Izabel de Oliveira (suplente); representando os Arquivos Públicos
13 Estaduais: Paulo Knauss de Mendonça (titular); do Arquivo Público do Estado do Rio
14 de Janeiro; Isabel Oliveira Perna Almeida (suplente), do Arquivo Público do Estado do
15 Rio Grande do Sul; representando os Arquivos Públicos Municipais: Roberto de Assis
16 Tavares de Almeida (titular), da Fundação Arquivo e Memória de Santos, Carlos
17 Roberto Bastos Freitas (suplente), do Arquivo Público Municipal de Campos dos
18 Goytacazes, Aurora Maia Dantas (suplente), do Arquivo Central da Prefeitura
19 Municipal de João Pessoa; representando as Associações de Arquivistas: Marcos Prado
20 Rabelo (suplente), da Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo;
21 representando as instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de
22 ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais: Ismênia de Lima Martins
23 (titular), da Associação Nacional de História - ANPUH, Tânia Maria Tavares Bessone
24 da Cruz Ferreira (suplente), da Associação Nacional de História - ANPUH, Suely Braga
25 da Silva (titular), do Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea
26 do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Alfredo Tiomno

27 Tolmasquim (titular), da Sociedade Brasileira da História da Ciência. Justificaram suas
28 ausências: Guilherme Alberto Almeida de Almeida (suplente), do Ministério da Justiça;
29 Janeth Aparecida Dias de Melo (titular), do Supremo Tribunal Federal e Kathya Scarlet
30 O'Hara Campelo Bezerra (suplente); Leda Marlene Bandeira, do Conselho Nacional de
31 Justiça; Élide da Costa Silva (suplente), do Senado Federal; Laila Monaiar (suplente),
32 da Câmara dos Deputados; Clédson de Lima (titular), do Arquivo Público do Estado do
33 Espírito Santo; Maria Teresa Navarro de Britto Matos (suplente), do Arquivo Público
34 do Estado da Bahia; Daniel Beltran Motta (titular), da Associação dos Arquivistas do
35 Estado do Rio de Janeiro; Maria Virgínia Moraes Arana, da Universidade Federal do
36 Espírito Santo; Maria do Rocio Fontoura Teixeira (suplente), da Universidade Federal
37 do Rio Grande do Sul. Secretariou os trabalhos Marilena Leite Paes, Coordenadora do
38 CONARQ. Nesta atividade contou com o apoio de Domícia Gomes, Coordenadora
39 substituta do CONARQ, e dos Assistentes Rui Victor Gonçalves dos Santos e Luis
40 Carlos Alves Colonezi Silva. Participaram ainda, como convidados especiais, os
41 membros integrantes do Comitê de Elaboração do Projeto para realização da 1
42 Conferência Nacional de Arquivos, criado pela Portaria nº 227, de 4 de abril de 2011:
43 Anna Carla Almeida Mariz (da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
44 UNIRIO), Beatriz Kushinir (do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Carmen
45 Tereza Coelho Moreno (do Arquivo Nacional), José Maria Jardim (da Universidade
46 Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Lucia Maria Velloso de Oliveira (da
47 Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB), Paulo Roberto Elian dos Santos (da
48 Casa de Oswaldo Cruz, da FIOCRUZ), além de um representante da Associação dos
49 Servidores do Arquivo Nacional - ASSAN, Rodrigo Aldeia Duarte. O Presidente do
50 CONARQ, Jaime Antunes da Silva, após a confirmação de existência de quorum
51 deliberativo, inicia a 61ª Reunião Plenária do CONARQ solicitando que cada
52 Conselheiro se apresente aos demais membros, tendo presente que alguns estão no
53 início de seu primeiro mandato. Após a apresentação dos novos Conselheiros, o
54 Presidente do CONARQ inicia os trabalhos, passando para o primeiro ponto da pauta da
55 61ª Reunião com a leitura e apreciação das atas das 59ª e 60ª Reuniões Plenárias do
56 CONARQ. Feitas pequenas correções sugeridas pelos Conselheiros, as atas foram
57 aprovadas. Em continuidade, o Presidente do CONARQ, em atendimento ao despacho
58 do Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, submeteu à apreciação do
59 Conselho o Projeto da 1ª Conferência Nacional de Arquivos, elaborado pelo Comitê
60 criado pela já mencionada Portaria nº 227, de 2011, já consolidado, por integrantes do

61 Comitê referido, com as sugestões recebidas por meio da Consulta Pública realizada
62 pelo CONARQ. A Conselheira Ismênia de Lima Martins, que coordenara o referido
63 Comitê faz um balanço das atividades desenvolvidas até a finalização da proposta de
64 projeto para realização da 1ª CNARQ, ora em análise pelo Plenário do CONARQ,
65 conforme determina a Portaria nº 227, de 2011 do Ministro de Estado da Justiça e tendo
66 por base a legislação vigente e o regimento do Conselho. Após o pronunciamento da
67 Conselheira Ismênia de Lima Martins o Presidente do CONARQ passa a palavra aos
68 Conselheiros Paulo Knauss de Mendonça e Ivan Fernandes Neves, ambos também
69 integrantes do Comitê instituído pelo Ministro de Estado da Justiça para elaboração do
70 projeto da 1ª CNARQ, para apresentarem seus relatórios. O Conselheiro Paulo Knauss
71 de Mendonça relata o passo a passo das atividades do Comitê na elaboração do Projeto.
72 Informou que, objetivando o cumprimento do prazo definido pelo Ministério da Justiça,
73 o Comitê destacou um grupo de trabalho para elaboração de propostas a serem
74 submetidas à deliberação geral em reuniões periódicas. O grupo, constituído por Lucia
75 Maria Velloso de Oliveira (Coordenadora); Anna Carla Almeida Mariz; Alfredo
76 Timono Tolmasquim; Carmen Tereza Coelho Moreno; Beatriz Kushnir e Paulo Roberto
77 Elian dos Santos reuniu-se semanalmente, no Arquivo Nacional, para a elaboração de
78 um conjunto de documentos a serem discutidos no âmbito do Comitê, a saber,
79 Regimento interno da Conferência Nacional de Arquivos e das Conferências Regionais,
80 Decreto de constituição da Conferência Nacional e Portaria de constituição da Comissão
81 Organizadora Nacional da 1ª CNARQ. O Conselheiro menciona o excelente trabalho
82 realizado pelo GT na consecução dos textos que compõem o projeto da Conferência,
83 concluídos dentro do prazo estabelecido pelo Senhor Ministro da Justiça, possibilitando,
84 assim, realização nesta data da reunião Plenária do Conselho. O Conselheiro Paulo
85 Knauss de Mendonça, em seu texto de relatoria, apresentou todo o projeto, destacando
86 os pontos julgados mais importantes de cada parte que compõe o projeto (introdução,
87 justificativa, objetivos, metodologia, recursos necessários, e os quatro anexos que
88 integram o projeto: I - minuta de Decreto que convoca a 1ª CNARQ; II – minuta de
89 Portaria ministerial que constitui a Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNARQ; III
90 – minuta do Regimento da Conferência Nacional; IV – minuta do Regimento das
91 Conferências Regionais. O Conselheiro Ivan Fernandes Neves, também relator,
92 complementa pontos julgados relevantes no projeto e informa que, após consulta à área
93 de orçamento do Ministério da Justiça, foram reservados recursos para realização da 1ª
94 CNARQ. O Conselheiro enfatiza que deverão ser envidados todos os esforços para que

95 a 1ª CNARQ seja realizada em novembro deste ano e que deverá ser estimulada a
96 realização das Conferências Regionais, apontando que as mesmas deverão ser realizadas
97 nos meses de setembro/outubro, para haja tempo hábil para eleição dos respectivos
98 delegados que comporão a Plenária da Conferência Nacional. Concedida a palavra aos
99 Conselheiros que integram o Plenário do Conselho, bem como aos convidados como
100 observadores, já informados que, com base na legislação vigente e no regimento interno
101 do CONARQ, terão direito a voz e não a voto. Propôs-se, como metodologia, o exame
102 de ponto a ponto do projeto, o que é aceito por todos. Quanto: à Introdução, foi
103 aprovado o texto original, com pequenos ajustes de datas e nos nomes e instituições dos
104 integrantes do Comitê Ministerial; à Justificativa, foi aprovado o texto original, com
105 pequenos ajustes na forma de apresentação da legislação citada; aos Objetivos, foi
106 aprovado o texto original como apresentado no projeto; à Metodologia, foi aprovado
107 como apresentada no texto original e ratificados os eixos norteadores das Conferências
108 Nacional e Regionais, conforme propostos pelo projeto original, a seguir destacados: I.
109 Regime jurídico dos arquivos no Brasil e a Lei nº 8.159, 8 de janeiro de 1991:
110 Avaliação do impacto da Lei após 20 anos de implementação. O regime jurídico
111 arquivístico nos estados e municípios após a Lei. O projeto de lei de acesso. O
112 anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais. O direito autoral e o direito de uso e
113 reprodução dos documentos de arquivo; II. A administração pública e a gestão dos
114 arquivos: A estrutura do Estado no Brasil. A gestão das instituições públicas e a questão
115 dos arquivos no contexto atual. O papel dos arquivos para o Estado e a sociedade. O
116 modelo de instituições e serviços arquivísticos públicos (subordinação, estrutura,
117 orçamento, recursos humanos, materiais, científicos e tecnológicos). Os arquivos
118 públicos e sua relação com políticas e programas de modernização institucional e gestão
119 da informação governamental. Os arquivos como patrimônio científico e cultural e no
120 contexto das políticas de preservação do patrimônio cultural. Fontes de financiamento
121 para a ação arquivística; III. Políticas públicas arquivísticas. A estrutura vigente para a
122 definição e implementação de uma política nacional de arquivos (Arquivo Nacional,
123 Conselho Nacional de Arquivos, SINAR), além de políticas federal, estaduais, do
124 Distrito Federal e municipais: balanços e possíveis redesenhos. A anatomia do SINAR.
125 O Conselho Nacional de Arquivos – função, composição e funcionamento. As políticas
126 arquivísticas e suas interseções com outras políticas públicas: cultura, patrimônio,
127 ciência, bibliotecas, governo eletrônico, museus, acesso livre, banda larga, etc. Fontes
128 de financiamento para a implementação de políticas públicas arquivísticas; IV. Acesso

129 aos Arquivos, Informação e Cidadania. Usos e usuários dos arquivos no Brasil.
130 Instrumentos para a gestão de usos e usuários dos arquivos. Obstáculos e recursos
131 favoráveis ao acesso aos arquivos no Brasil. Mecanismos de ampliação do uso social,
132 cultural e educacional dos arquivos; V. Arquivos privados. O cenário dos arquivos
133 privados no Brasil. Serviços privados e públicos de preservação e acesso a arquivos
134 privados. Modelos de gestão e acesso a arquivos privados em diferentes contextos
135 organizacionais. Políticas de aquisição de acervos arquivísticos privados. Critérios e
136 impactos da classificação de arquivos privados de interesse público e outras formas de
137 ação do Estado em relação a arquivos privados. Fontes de Financiamentos para a
138 preservação e acesso a arquivos privados; VI. Educação, Pesquisa e Recursos Humanos
139 para os Arquivos: Formação e capacitação profissional: balanços e perspectivas.
140 Produção e difusão de conhecimento arquivístico: a situação das linhas de pesquisa, dos
141 periódicos especializados e outros canais de difusão do conhecimento arquivístico.
142 Relações entre Universidades, Instituições e Serviços Arquivísticos. As associações
143 profissionais e a atualização profissional. A profissão de arquivista no Brasil:
144 regulamentação, perfis profissionais, formação, mercado de trabalho etc; e quanto aos
145 recursos necessários, foi aprovado o texto original com pequenos ajustes na forma de
146 apresentação dos quesitos. Passa-se à análise dos anexos que compõem o projeto.
147 Quanto ao Anexo I – minuta de Decreto de constituição da 1ª CNARQ, o mesmo é
148 aprovado como se apresentou no projeto original, com pequenos ajustes de forma; ao
149 Anexo II – minuta de Portaria de constituição da Comissão Organizadora Nacional da 1ª
150 CNARQ, o mesmo é aprovado como se apresentou no projeto original, com pequenos
151 ajustes de forma; ao Anexo III – minuta do Regimento interno da 1ª CNARQ, o mesmo
152 é aprovado como se apresentou no projeto original, com pequenos ajustes de forma; ao
153 Anexo IV – minuta do Regimento interno das Conferências Regionais. O Capítulo I –
154 Da Estrutura e Participação foi o ponto mais polêmico notadamente em relação ao
155 conteúdo dos artigos 4º e 5º e seu parágrafo único. O observador Rodrigo Aldeia
156 Duarte levanta uma questão para discussão se haveria necessidade de seleção dos
157 participantes nas Conferências Regionais. Após longa discussão de pontos prós e
158 contras deliberou-se que nas Conferências Regionais não haverá seleção de
159 participantes, havendo necessidade de prévia inscrição, e que no ato de inscrição pessoa
160 deverá escolher o eixo temático de sua preferência e justificar seu interesse em ser
161 participante, especificando o seu perfil pessoal e profissional, cabendo, à Comissão
162 Organizadora da Conferência Regional convidar observadores. Durante as Conferências

163 Regionais os participantes, que queiram ser candidatos a Delegados, deverão preencher
164 registro de candidatura, onde apresentem o seu currículo resumido, sua formação
165 profissional e outros dados julgados pertinentes pelas Comissões Organizadoras das
166 Conferências Regionais, que serão divulgados por meio próprio, viabilizando a escolha
167 de seus candidatos pelos demais participantes, podendo dar cumprimento ao disposto no
168 artigo 27 do Regimento Interno das Conferências Regionais: “Na Plenária Final de cada
169 conferência Regional será realizado, por voto direto, mediante apresentação de crachá
170 de identificação, o processo de eleição para escolha dos 84 (oitenta e quatro) delegados
171 da Conferência Nacional de Arquivos.”, em número de acordo com o disposto no artigo
172 28 do mesmo Regimento Interno: “As vagas de delegados regionais serão distribuídas
173 proporcionalmente por região geopolítica do país, tendo em conta a combinação de três
174 critérios: índices demográficos, número de cursos de graduação em Arquivologia por
175 região geopolítica e seu tempo de criação. A distribuição de vagas de delegados fica
176 assim definida: Região Sudeste com 30% ou 25 delegados, Região Sul com 25% ou 20
177 delegados, Região Nordeste com 20% ou 17 delegados, Região Centro-Oeste com 15%
178 ou 13 delegados e Região Norte com 10% ou 9 delegados.” O Projeto foi amplamente
179 discutido e aprovado por unanimidade pelos Conselheiros titulares e pelos suplentes em
180 representação de seus titulares ausentes. Em razão de sua complexidade e importância,
181 julgou-se oportuno anexá-lo à presente ata desta Reunião Plenária, com as alterações
182 propostas e aprovadas registradas em vermelho. O Presidente do Conselho congratula-
183 se com os membros do Comitê de elaboração do projeto da 1ª CNARQ pelo excelente
184 trabalho realizado. O Presidente do CONARQ informa que a Coordenação do
185 CONARQ se encarregará de produzir um extrato da ata da reunião 61ª para que possa
186 viabilizar o envio do projeto aprovado à análise do Senhor Ministro de Estado da Justiça
187 no dia 18 de julho. Informa que o processo constituído pelo CONARQ deverá tramitar
188 pelas áreas competentes do Ministério e que o Decreto que convoca a 1ª CNARQ terá
189 de tramitar, igualmente, pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da
190 Presidência da República, antes de seu envio à sanção presidencial. A Coordenação do
191 CONARQ se encarregará elaborar minuta de Exposição de Motivos para o referido
192 Decreto para seu trâmite nas instâncias competentes. A Conselheira Ismênia de Lima
193 Martins propõe, em razão do tempo de trâmite dos documentos aprovados até a sanção
194 presidencial e data escolhida de realização da 1ª CNARQ para o final do mês de
195 novembro, a criação de grupo operacional pro tempore até a criação e instalação da
196 Comissão Nacional de Organização para a realização das primeiras ações necessárias à

197 consecução do evento: elaboração de termos de referências para contratação de serviços
198 de infraestrutura, sítio eletrônico, definição de espaço para realização da 1ª CNARQ,
199 dentre outras ações e atividades. Propõe que o Ministro de Estado da Justiça designe
200 por ato próprio a consecução deste grupo e que o mesmo poderia ser integrado pelo
201 Conselheiro Ivan Fernandes Neves, Carmen Tereza Coelho Moreno, do Arquivo
202 Nacional, Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Associação dos Arquivistas Brasileiros e
203 Luis Carlos Alves Colonezi Silva, Assistente do CONARQ, a proposta foi aprovada por
204 unanimidade. O Presidente do Conselho aponta que a data aprovada para a realização da
205 1ª CNARQ não deverá coincidir com a do IX Congresso de Arquivologia do Mercosul,
206 que será realizado em San Lorenzo, Paraguai, de 16 a 18 de novembro de 2011. Nada
207 mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença dos Conselheiros e dos
208 Observadores e encerra a 61ª Reunião Plenária do CONARQ, da qual foi lavrada a
209 presente ata, em extrato, que vai por mim assinada e pelo Presidente do CONARQ.
210 Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ
211 _____ e Jaime Antunes da Silva, Presidente do
212 CONARQ _____